



## **AVALIAÇÃO DA DINÂMICA DO EMPREGO URBANO NO ESTADO DE PERNAMBUCO: 1990 – 2010**

## **APPRECIATION OF THE URBAN JOB DYNAMICS ON PERNAMBUCO STATE: 1990 – 2010**

## **EVALUACIÓN DE LA DINÁMICA DEL EMPLEO URBANO EN EL ESTADO DE PERNAMBUCO: 1990 – 2010**

José Márcio dos Santos

Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Professor Assistente da Universidade Regional do Cariri (URCA)

E-mail: [jmarcio.santos@hotmail.com](mailto:jmarcio.santos@hotmail.com)

Wellington Ribeiro Justo

Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professor Associado da Universidade Regional do Cariri (URCA)

E-mail: [justowr@yahoo.com.br](mailto:justowr@yahoo.com.br)

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento do emprego urbano no estado de Pernambuco. A partir da década de 1980, os Estados da Região Nordeste passaram a promover políticas de incentivo como forma de estimular a implementação das atividades econômicas em seus territórios. Diante das recentes modificações econômicas, sociais e demográficas surgidas nas economias dos Estados nordestinos faz-se necessário investigar o impacto destes fatores sobre a composição do emprego estadual. Os dados usados foram oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A metodologia empregada na pesquisa constituiu-se do modelo diferencial-estrutural. Os resultados obtidos apontam uma possível retração da indústria no estado, acompanhado de um crescimento expressivo das atividades comerciais e de serviços. Constatou-se ainda que a administração pública possui um grande poder explicativo para a determinação dos níveis de emprego urbanos locais.

**Palavras-chave:** Emprego Urbano; Políticas de Incentivos; Economia Pernambucana.

---

### **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze the behavior of urban employment in the state of Pernambuco. From the 1980s, the states in the Northeast began promoting incentive policies as a way to stimulate the implementation of economic activities in their territories. Given the recent economic changes, social and demographic arisen in the economies of the northeastern states it is necessary to investigate the impact of these factors on the composition of state employment. The data used were derived from the Annual Social Information (RAIS). The methodology used in the research consisted of the differential-structural model. Results indicate retraction in industrial sector in Pernambuco, a significant growth of trade and services in the state. It was found that public administration hold a great capability for the determination of levels of local urban employment.

**Keywords:** Urban Employment, Incentive Policies, Pernambuco Economics.

---

### **RESUMEN**

El objetivo de esta publicación es analizar el comportamiento del empleo urbano en el Estado de Pernambuco. Desde la década de 1980, los estados de la Región Nordeste de Brasil comenzaron a promocionar políticas de incentivos como una forma de estimular la realización de actividades económicas en sus territorios. En función de las recientes mudanzas económicas, sociales y demográficas que tiene sucedido en la economía de los Estados del noreste brasileño, es necesario investigar el impacto de estos factores en la composición del empleo en los estados. Las informaciones utilizadas provienen de la Memoria

Anual de Informaciones Sociales. La metodología utilizada en la investigación consistió del modelo diferencial estructural. Los resultados indican un posible declive de la industria en el estado, acompañado de un crecimiento significativo de las actividades comerciales y de servicios. Se observó, además, que el gobierno tiene un gran poder explicativo para la determinación de los niveles de empleo urbano local.

**Palabras clave:** Empleo Urbano; Políticas de Incentivos; Economía de Pernambuco.

## INTRODUÇÃO

Com o fim da fase de investimentos capitaneados pela União e suas autarquias no início da década de 1980, devido ao estrangulamento econômico do Estado advindo da crise da dívida pública, a condução das políticas regionais de industrialização e, conseqüentemente, os novos ciclos de investimentos no segmento produtivo passariam a ser liderados especialmente pelas ações dos governos estaduais – que emergem como novos agentes financiadores do desenvolvimento. Esta nova postura fora resultado da ascensão de novos grupos políticos regionais que tratarão a questão industrial como preocupação fundamental de suas gestões.

Estas ações proporcionaram um novo cenário econômico aos estados nordestinos – que passaram a apresentar um expressivo crescimento do produto interno bruto nas principais economias da região. Gomes e Vergolino (1995) atestam que a taxa média anual de crescimento do produto interno bruto das principais economias nordestinas durante o período 1980/90 foi de 5,9% para o Estado do Ceará, 4,3% para o Estado de Pernambuco e 4,7% para o Estado da Bahia.

Assim, a forte presença de políticas de incentivos econômicos concedidas pelas principais economias da região, dentre as quais se destaca a economia pernambucana, a partir da década de 1980, trouxe resultados macroeconômicos significativos em termos de diversificação produtiva e elevação do produto interno local. Contudo, a ascensão de novos segmentos produtivos no Estado de Pernambuco a partir da década de 1990 evidencia também uma alteração na alocação do emprego entre os setores econômicos, caracterizando uma possível modificação no mercado de trabalho estadual. Este fator, somado ao processo de urbanização da população presente nas últimas décadas, evidenciam uma clara tendência de concentração do emprego em atividades urbanas. Desta forma, tais argumentos levantam a hipótese de uma possível reconfiguração espacial e setorial do emprego no Estado de Pernambuco.

Dentro deste contexto, o presente trabalho se propõe a analisar o comportamento do emprego urbano no Estado de Pernambuco. Diante das recentes modificações econômicas, sociais e demográficas surgidas na economia pernambucana faz-se necessário investigar o impacto destes fatores sobre a composição do emprego estadual. Neste sentido, o trabalho procura contribuir na representação do cenário do emprego urbano do estado na conjuntura contemporânea.

A metodologia empregada no estudo da análise do comportamento do emprego nordestino constitui na análise diferencial-estrutural, também denominada de *shift-share*. Em relação à base de dados utilizada, os dados sobre o número de empregados foram obtidos de forma secundária, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), abrangendo dados provenientes dos quatro maiores setores empregadores relacionados às atividades urbanas, sendo eles: indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública, tendo como períodos-base de análise os anos de 1990, 2000 e 2010.

Além desta introdução, a estrutura do trabalho está dividida em outras quatro seções. Na segunda seção é feita uma breve contextualização das políticas de incentivo ocorridas na Região Nordeste e mais no Estado de Pernambuco. Na terceira seção, é feita a descrição dos procedimentos metodológicos empregados no trabalho. Na quarta seção, é feita a apresentação e análise dos resultados obtidos. Por fim, a quinta seção tece as considerações finais acerca do trabalho.

## **1. A EXPANSÃO ECONÔMICA DOS ESTADOS NORDESTINOS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INCENTIVOS ESTADUAIS**

Durante séculos, a dinâmica econômica da Região Nordeste esteve fortemente relacionada às atividades primárias, tendo como consequência um baixo índice de desenvolvimento industrial. A manutenção histórica desta condição, a baixa produtividade, a ocorrência periódica de momentos de estiagens, a expansão da fronteira na Região Norte, a emigração em direção à Amazônia e a manutenção de precárias relações de produção, incentivou constantes períodos de emigração em direção às outras regiões econômicas – especialmente após o advento da industrialização na Região Sudeste e a política de ocupação da Amazônia<sup>1</sup>. Contudo, a tendência de reversão desta situação vem se tornando evidente diante de um ciclo de investimentos na atividade produtiva da região<sup>2</sup>.

Inicialmente, este processo ocorre ainda em meados da década de 1960. Em meio à crise econômica do início dos anos de 1960, órgãos estatais direcionados ao desenvolvimento regional passam a atuar como motores dos investimentos locais. No caso da Região Nordeste, esta função foi assumida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que passou a conceder uma série de incentivos para investimentos no segmento produtivo da Região. Desta forma, assumia-se uma escolha pela industrialização da Região Nordeste como forma de superar as adversidades locais e torná-la desenvolvida; tal qual havia sido feito na Região Sudeste ainda na década de 1930.

<sup>1</sup> Durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas ocorrem os primeiros estímulos em prol da ocupação da região; mas o maior fluxo migratório expressivo ocorre durante o período militar, com a concessão de estímulos para os interessados em produzir na região.

<sup>2</sup> Ver. Por exemplo, Justo e Silveira Neto (2008) e Justo e Ferreira (2012).

A presença do Estado através destes órgãos assumia uma relevância decisiva na determinação dos investimentos neste período, pois estes se apresentariam tanto na forma do gasto público direto, como na forma de gasto privado induzido pelas políticas de estímulo. Em relação a este último ponto, deve-se enfatizar que esta indução passava pela concessão de benefícios fiscais e também pela seletividade dos setores ou projetos sob os quais seriam realizadas as inversões. Neste contexto, houve a atração de um grande volume de capitais disponíveis oriundos do Sudeste, especialmente o grande capital, que ansiava por oportunidades de inversão que lhes garantisse novamente as condições de reprodução e acumulação que temporariamente não mais se apresentavam nesta região. Como resultado destas ações, tem-se a formação de expressivos polos industriais na região, destacando-se o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, o polo industrial da região metropolitana do Recife, em Pernambuco, e o polo têxtil na região metropolitana de Fortaleza, no Ceará.

Estabelecia-se neste momento um novo processo de articulação produtiva entre as regiões Sudeste e Nordeste, onde nesta última se desenhava um parque produtivo fundamentado na indústria de transformação e de bens intermediários. Desta forma, a Região Nordeste supera a escassez de recursos e de tecnologia ao acolher estes investimentos provenientes do capital de outras regiões, conforme enfatiza Celso Furtado:

Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização – e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno face às exigências de tecnologia moderna – no Nordeste são contornadas graças à integração industrial com o Centro-Sul (FURTADO, 1981, p. 122).

Contudo, esta fase de investimentos capitaneados pela União e suas autarquias encontra seu esgotamento a partir do início da década de 1980, com o estrangulamento econômico do Estado advindo da crise da dívida. Desta forma, a condução da política de industrialização e, conseqüentemente, de um novo ciclo de investimentos ao segmento produtivo deveria a partir de então ser liderado especialmente pelas ações dos governos estaduais – que emergem como agentes empreendedores locais. Nesta nova etapa, a dinâmica econômica regional seria vinculada aos estímulos e benefícios concedidos na esfera estadual, e não mais ao desempenho das políticas promovidas pela União<sup>3</sup>.

As alterações na composição do produto interno dos estados nordestinos são acompanhadas pela manifestação de novos setores produtivos. Este crescimento experimentado pelas economias nordestinas trouxe um maior dinamismo à região, promovendo a transição de uma economia

<sup>3</sup> Aqui se enfatiza a posição central que as políticas estaduais assumem na condução dos investimentos regionais, haja vista que elas tinham um papel secundário em períodos anteriores, pois eram suplantadas pelas iniciativas federais.

majoritariamente primária para uma economia com diversificação expressiva nas suas atividades econômicas. Este fenômeno pode ser expresso através dos dados presentes na tabela 1 a seguir.

**Tabela 1:** Evolução da participação dos setores no PIB nordestino

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços
1965	29,1	23,1	47,8
1990	14,4	28,2	57,4

Fonte: GOMES; VIRGULINO, 1995

Segundo os dados apresentados, os setores industriais e de serviços cresceram em termos de participação e composição do Produto Interno Bruto (PIB) nordestino, em detrimento da agricultura; representado um novo dinamismo à economia da região. Ao reduzir o papel do setor agropecuário na formação do PIB regional, reforça-se a presença econômica de setores tradicionalmente urbanos como os principais segmentos concentradores de mão-de-obra na Região Nordeste.

Diante deste contexto, os principais estados da região irão emergir com políticas próprias que fortaleceram suas economias junto ao cenário nacional, sendo as principais indutoras do processo de expansão das atividades produtivas. Dentro deste escopo estão inseridas as ações estaduais do Governo de Pernambuco, especialmente após da década de 1980.

Grande receptora de incentivos federais desde meados dos anos de 1960, a economia do Estado de Pernambuco inicia um ciclo de contração significativo a partir de década de 1980, que iria perdurar até meados da década de 1990. O estado pernambucano, que, em 1970, respondia por 25% do PIB da Região Nordeste, passa a responder por apenas 17% da produção regional, em 1995. Em resumo, a economia pernambucana cresceu menos que a média nacional e nordestina entre 1985-1995 (VASCONCELOS; VERGOLINO, 1999).

Tal dinâmica deve-se a redução dos incentivos concedidos pelas esferas federais e, conseqüentemente, pela ausência de políticas estaduais próprias de fomento. Paralelamente, tal redução também é vista como resultado do processo de descentralização regional, pois estados como Ceará e Bahia conseguiram atrair maiores volumes de recursos neste período. O resultado deste processo ao longo da década de 1990 foi uma intensa disputa por capitais de grande porte entre os principais estados da Região Nordeste, através de instrumentos de política fiscal e concessão de vantagens e benefícios para a produção. Assim, os estados passam a individualizar as ações estratégicas de fomento a investimentos, em detrimento de estados terceiros, conjunto de práticas definido com “guerra fiscal”. Cardoso (2010) afirma que estes instrumentos fiscais foram à

solução encontrada por estados de áreas periféricas para atrair capitais, haja vista que nem todas as regiões são eleitas com decisões de investimento. Porém, a autora aponta que a subordinação ao grande capital promove distorções no comportamento dos agentes estaduais, levando-os a agir e conceder benefícios mesmo diante de intenções claras de investimento já garantido, ampliando a divergência entre os estados vizinhos e intensificando as disputas entre os mesmos. Desta forma, perde-se claramente o componente do planejamento e da integração regional – que poderia ser obtido diante da cooperação mútua entre os estados vizinhos – em prol de estratégias estaduais de indução de atividades produtivas, que conseguem em curto prazo apenas ampliar o volume de emprego nestas áreas.

Diante desta nova conjuntura econômica, o estado pernambucano inicia sua política de incentivos, em meados da década de 1990. Após lançar diversos programas de benefícios de menor expressão, em 1995, o Governo do Estado de Pernambuco instituiu o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE). Este programa tinha como finalidade promover o desenvolvimento industrial do estado, de forma mais específica naqueles setores produtivos definidos como relevantes e prioritários para a economia local. O mesmo se constituía de uma política de financiamentos via ICMS, que patrocinava uma isenção fiscal referente à parcela destinada ao estado que variava entre 80 a 100 por cento. Todavia, o valor do incentivo dependia de quatro fatores básicos: a natureza estrutural do projeto, o enquadramento nos setores considerados prioritários, a localização geográfica do empreendimento e a adequação do projeto à política industrial (AMORIM, 2003).

No ano de 1999, o PRODEPE passa por reformulações, mais especificamente na forma de concessão do crédito fiscal, que agora poderia ser feito de forma presumida. Sob o novo modelo de incentivos, as atividades patrocinadas foram divididas em dois grupos: prioritário e relevante. O destaque maior ficaria no grupo relevante, onde seria alvo de contemplação os setores de agroindústria, metal mecânico, transporte, eletrônica, minerais não metálicos, têxtil e plástico. Além disto, incluiu o financiamento ao setor de comércio importador atacadista de mercadorias (AMORIM, 2003).

Entretanto, a política industrial do Estado de Pernambuco ganhou evidência própria ao patrocinar a expansão das atividades econômicas ligadas diretamente às aglomerações produtivas. A identificação dos aglomerados produtivos feita pelo CONDEPE<sup>4</sup> possibilitou ao estado mapear as

<sup>4</sup> CONDEPE (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco): É uma autarquia da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, que está vinculada institucionalmente à Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de Pernambuco.

áreas com potencial econômico para a expansão das atividades locais ali inseridas como política de desenvolvimento regional. Tais regiões passaram a ser contempladas com investimentos a partir do Plano Plurianual de Investimentos de 2000 – 2003. Nele há a clara intenção de promover o adensamento das cadeias e arranjos produtivos locais. Deve-se enfatizar o fato de que parcela destes aglomerados se localiza em áreas do interior do estado, o que tem proporcionado à formação de emprego e renda nestas áreas distantes da Região Metropolitana do Recife (CAMPOS, 2004).

A análise das políticas patrocinadas pelo governo estadual exemplifica, de forma geral, a nova conjuntura de incentivos e benefícios advindos do governo estadual como forma de promover a dinamização e ampliação de sua capacidade produtiva e econômica, superando assim, os entraves estruturais que permitiam a saída constante de nordestinos em direção às regiões economicamente mais dinâmicas.

As décadas de 1980 e 1990 apresentam-se como marco histórico para as estratégias governamentais estaduais, representando o início de um ciclo de investimentos no setor industrial no estado. Tais ações e iniciativas acabaram se sobressaindo, em termos de resultados efetivos, às ações do governo federal de esboçar uma reorganização regional induzida por meio de estratégias de integração. Definida como Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, essa estratégia buscava promover a integração das áreas entre os estados através da expansão da infraestrutura rodoviária e ferroviária, possibilitando equiparar os estados no que diz respeito às vantagens e benefícios em termos custo de transporte. No âmbito da Região Nordeste, esboçou-se a formação do Eixo São Francisco – que fundamentava na circulação através do Rio São Francisco – e do Eixo Transnordestino – associado à construção de uma ferrovia que agregasse todos os estados nordestinos. Porém, seus resultados concretos foram seriamente atenuados pela redução da participação do Estado em investimentos produtivos (MARTINS, 2012).

Somente na década de 2000, o governo federal retomaria os investimentos em obras estruturantes de grande porte através da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), recuperando a ideia de uma ferrovia a nível regional, e reinserindo o Rio São Francisco como pauta para contornar a escassez dos recursos hídricos da região como um todo. Assim, o PAC pode ser interpretado como o recrudescimento do Estado como agente investidor, especialmente em obras de grande infraestrutura.

Ademais, as ações contemporâneas buscam consolidar e fortalecer a estrutura industrial existente, através da ampliação e elevação da base industrial. Desta forma, a instalação da refinaria de Abreu e Lima, a ampliação e modernização do complexo portuário de Suape, ampliação do porto do Recife, a criação do polo automotivo em Goiana, a criação do centro de conexões da Azul

Linhas Aéreas, a instalação da fábrica de cervejas do Grupo Petrópolis, a ampliação das fábricas de cervejas dos grupos AMBEV e Brasil Kirin, as obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como a Transnordestina e a transposição do Rio São Francisco, dentre outras ações, procuram retomar o ciclo de investimentos no Estado de Pernambuco, ampliando sua base técnica para a viabilização de novos empreendimentos que ampliam a capacidade de produção do estado.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada no estudo constitui na análise diferencial-estrutural, também denominada de *shift-share*. Este método permite uma análise descritiva capaz de decompor o crescimento agregado em elementos estruturais e sub-elementos dentro dos setores pesquisados. O uso desta técnica justifica-se pela sua adequação para avaliação comparativa dos setores analisados. Como instrumento de análise regional, o método objetiva a análise dos elementos locais, partindo do princípio de que tais elementos possuem distribuição diferenciada sobre o espaço.

Segundo Haddad (1989), o método diferencial estrutural descreve o crescimento econômico em uma dada localidade ou região através do comportamento dos elementos da sua estrutura produtiva, na forma de um padrão. No presente trabalho, a variável básica a ser analisada será o emprego, expresso na forma de número de empregados. Desta forma, será analisado a variação e o deslocamento do número de empregados entre os períodos e setores estudados, dentro das regiões avaliadas.

Segundo a metodologia proposta por Haddad (1989), o método de análise diferencial-estrutural mensura o crescimento do emprego regional entre dois períodos de tempo, dividindo este resultado em três componentes básicos: a variação regional, a variação proporcional e a variação diferencial. Assim, assumindo *i* para setor produtivo pesquisado e *j* para a área ou região analisada, tem-se o seguinte resumo:

$$\sum_i^{P2} E_{ij} - \sum_i^{P1} E_{ij} = VR + VE + VD$$

A **variação regional do emprego** em determinada localidade *j* é igual ao acréscimo de emprego que teria ocorrido se esta região crescesse à taxa de crescimento total da região de referência no mesmo período. Desta forma, a variação regional indica a diferença entre o valor real do número de empregados entre o período 1 e o período 2. Quando seu valor for positivo, significa que houve um aumento relativo do número de empregados em face da ocupação nacional. Assim,

valores positivos demonstram ganhos e expansões nos desdobramentos do número de empregados, indicando crescimento desse setor. Ao contrário, quando o valor for negativo, representa uma perda de posição relativa.

$$VR = \sum_i^{P1} E_{ij} \left( \left[ \frac{\sum_i^{P2} \sum_j E_{ij}}{\sum_i^{P1} \sum_j E_{ij}} \right] - 1 \right)$$

A **variação estrutural** (ou proporcional) representa o montante adicional (positivo ou negativo) de emprego que uma região poderá obter como resultante de sua composição por setor expressa pela participação relativa de setores dinâmicos e de setores mais lentos, sendo positiva se a região se especializou em setores da economia com altas taxas de crescimento. Desta forma, a variação estrutural reflete a composição regional da ocupação, concentrada em setores economicamente dinâmicos. Analiticamente, valores positivos deste indicador demonstram uma concentração do número de empregados da região em setores de alto dinamismo, enquanto valores negativos indicam uma economia baseada em setores com baixo dinamismo.

$$VE = \sum_i^{P1} E_{ij} \left( \left[ \frac{\sum_j^{P2} E_{ij}}{\sum_j^{P1} E_{ij}} \right] - \left[ \frac{\sum_i^{P2} \sum_j E_{ij}}{\sum_i^{P1} \sum_j E_{ij}} \right] \right)$$

A **variação diferencial** indica o montante positivo (ou negativo) de emprego que a região j conseguirá porque a taxa de crescimento do emprego, em determinados setores, foi maior ou menor nesta região do que na região de referência. Esta variação reflete o dinamismo que cada setor possui dentro da região, partindo da verificação de que existem setores que se expandem mais rapidamente que a média agregada do setor. Números positivos deste indicador sinalizam os setores mais especializados de cada região, enquanto valores negativos demonstram baixo grau de especialização ou maior diversificação. Essa especialização é explicada pela existência de economias de aglomeração de cada região, resultante de um conjunto de elementos que favorecem o crescimento regional do setor analisado.



$$VD = \sum_i^{P1} E_{ij} \left( \left[ \begin{array}{c} P2 \\ E_{ij} \\ P1 \\ E_{ij} \end{array} \right] - \left[ \begin{array}{c} P2 \\ \sum_j E_{ij} \\ P1 \\ \sum_j E_{ij} \end{array} \right] \right)$$

Os efeitos sobre o crescimento efetivo em cada região, caracterizados pelas modificações no padrão de comportamento/alocação do emprego, são decorrentes dos efeitos da variação diferencial e da variação estrutural. A soma destes dois efeitos, em conjunto com a participação regional do emprego de cada setor, mostra o crescimento real do emprego na região, ou simplesmente:

$$G = R + Ed + Ee$$

Onde: G = Crescimento regional; R = Participação Regional; Ed = Efeito Diferencial; Ee = Efeito estrutural

Em relação à base de dados utilizada, os dados sobre o número de empregados foram obtidos coletados no banco de dados *on-line* do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo oriundos de forma específica da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Seguindo a classificação setorial de atividades do IBGE, foram selecionados os dados provenientes dos quatro maiores setores empregadores relacionados às atividades urbanas, sendo eles: indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública. Além disto, a escolha destes setores justifica-se por seu dinamismo contemporâneo, reflexo de constantes variações, e a importância que possuem como concentradores potenciais de mão-de-obra. Como períodos-base de análise foram escolhidos os anos de 1990, 2000 e 2010, onde será feita uma análise interperíodos compreendendo os intervalos de 1990-2000; 2000-2010 e 1990-2010, como forma de identificar padrões de comportamento entre as décadas estudadas.

### 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

O trabalho se propôs a analisar o comportamento do emprego urbano no Estado de Pernambuco devido sua importância em termos econômicos e do elevado grau de participação na composição da mão-de-obra estadual. Em relação aos setores analisados, constatou-se um peso expressivo das atividades urbanas na composição da mão-de-obra deste estado, conforme pode ser visto na tabela 2.

**Tabela 2:** Participação percentual dos setores produtivos na composição da mão-de-obra estadual pernambucana

Ano	Indústria de Transformação (%)	Comércio (%)	Serviços (%)	Administração Pública (%)	Somatório dos setores (%)
1990	25,70	12,00	25,48	24,45	87,63
2000	14,61	14,32	28,24	31,30	88,47
2010	14,13	17,22	30,28	25,76	87,39

**Fonte:** os autores

O Estado de Pernambuco obteve um comportamento distinto em termos de participação dos setores. O setor industrial reduziu de forma expressiva sua participação, saindo de 25,7%, em 1990, para 14,13%, em 2010 – a maior contração de toda a série. Entre 1990 e 2010, os setores de comércio e serviços tiveram crescimento significativo, praticamente compensando as perdas da indústria. Isto porque o segmento da administração pública ampliou sua participação do período 1990-2000, indo de 24,45% para 31,30%, mas decaiu em período seguinte, indo para 25,75%; praticamente anulando os acréscimos obtidos anteriormente. Desta forma, o somatório do emprego nestas atividades no estado pernambucano manteve-se praticamente estável ao final da série 1990-2010, na faixa de 87%, manifestando apenas a reconfiguração dos postos de trabalho entre os segmentos econômicos destacados.

Em termos de desempenho comparado ao comportamento nacional, o Estado de Pernambuco apresentou um comportamento mais modesto em termos de desempenho dos seus setores econômicos. A taxa de crescimento da indústria manteve-se muito abaixo da média nacional, com apenas 3% de crescimento entre 1990-2010, a menor variação entre todos os setores analisados. O comércio também se comportou abaixo da média nacional, porém de forma mais comedida. Já os setores de serviços e administração pública cresceram acima da média nacional, conforme a tabela 3 a seguir.

**Tabela 3:** Natureza e Importância Relativa do Emprego Setorial em Pernambuco e no Brasil: 1990-2010

Setor	Pernambuco (%) 2010	Brasil (%) 2010	Q.L	Variação No Brasil 1990-2010	Variação em Pernambuco 1990-2010
Indústria de Transformação	16,17	19,9	0,81	44,3	3,5
Comércio	19,71	21,2	0,93	181,4	170,1
Serviços	34,65	36,3	0,95	122,4	123,6
Administração Pública	29,48	22,6	1,31	86,9	98,2
<b>Total</b>	100,00	100,0	1,00	101,0	87,7

**Fonte:** os autores

Os dados evidenciam que no Estado do Pernambuco o emprego na administração pública teve uma participação superior em relação à participação deste setor no emprego total do país. Por sua vez, os setores da indústria, serviços e comércio apresentaram uma baixa participação na composição do emprego urbano em termos estaduais em relação ao comportamento destes mesmos setores em níveis nacionais – evidenciando que estas atividades contribuem menos para a composição do emprego do estado quando comparado aos parâmetros nacionais.

Em relação à dinâmica de alocação do emprego nos diferentes setores econômicos, os resultados apontam a existência de uma alteração nos padrões de concentração do emprego ao longo dos períodos analisados. A variação regional do emprego (ou efeito deslocamento) mostra a diferença entre o crescimento real do emprego setorial do estado e o crescimento do emprego estadual como um todo, caso eles tivessem o mesmo ritmo de crescimento do emprego nacional/regional. O efeito diferencial analisa a diferença entre o crescimento real do emprego setorial do estado e o crescimento do emprego setorial estadual como um todo, caso este se comportasse de acordo com os padrões setoriais observados em termos nacionais/regionais. O efeito estrutural é a diferença entre os dois efeitos anteriores, representando as variações do crescimento do emprego estadual em relação aos parâmetros de crescimento do emprego em níveis nacionais/regionais.

A análise destes efeitos comparando o desempenho da economia do Estado de Pernambuco em relação à dinâmica nacional no período 1990-2000 pode ser visualizada na tabela 4 seguir<sup>5</sup>.

**Tabela 4:** Efeito Deslocamento do Emprego em Pernambuco em relação ao Brasil: 1990-2000 (em mil)

Setor	Brasil			Pernambuco			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	1990	2000	Var	1990	2000	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	5464	4885	-10.6	129,1	217,2	68,29	216	2	208	9	-7
II	2979	4252	42.7	126,5	264,7	109,25	211	53	249	15	38
III	6449	8640	33.9	249,4	465,4	86,62	417	49	414	51	-3
IV	4773	5883	23.2	276,5	395,9	43,21	462	-66	419	-23	-43
<b>Total</b>	19666	23660	20.3	781,4	1343,2	71,90	1306	37	1291	52	-15

Fonte: os autores

A tabela 4 mostra os resultados das estimações no mesmo período para o Estado de Pernambuco, onde se constatou a ocorrência de um efeito estrutural negativo, ou seja, o estado se especializou em setores menos dinâmicos, notadamente a administração pública. Este efeito foi amenizado pelo efeito deslocamento com destaque para os setores de comércio e serviços.

<sup>5</sup> As tabelas a seguir apresentam a seguinte relação: I – Indústria de Transformação, II – Comércio, III – Serviços, IV – Administração Pública.

Os resultados dos efeitos acerca o crescimento regional, diferencial e estrutural para o Estado de Pernambuco no período 2000-2010 estão dispostos na tabela 5. Os resultados apontaram para tendências desfavoráveis em relação ao Estado de Pernambuco em comparação à dinâmica apresentada pela economia nacional. Na verdade, Pernambuco apresentou um efeito regional e estrutural negativo influenciado negativamente pela indústria. Estes resultados chamaram a atenção, notadamente pela expectativa e prognósticos em relação ao desempenho que a economia pernambucana poderia apresentar. Contudo, vale ressaltar que a análise compreende toda a década e que, embora em período mais recente a economia de Pernambuco tenha apresentado resultados positivos, ainda não foi suficiente para compensar as perdas do início da década.

**Tabela 5:** Efeito Deslocamento do Emprego em Pernambuco em relação ao Brasil: 2000-2010 (em mil)

Setor	Brasil			Pernambuco			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	2000	2010	Var	2000	2010	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	4885	7886	61.41	209,9	129,1	75,0	253	-123	187	-58	-66
II	4252	8382	97.15	98,0	126,5	124,7	118	9	140	-13	22
III	8640	14345	66.02	208,1	249,4	92,5	250	-1	279	-30	29
IV	5883	8923	51.69	199,8	276,5	80,3	240	36	246	30	6
<b>Total</b>	23660	39536	67.10	715,8	781,4	89,2	861	-80	852	-70	-9

Fonte: os autores

Outro aspecto importante é que a economia pernambucana apresentou um desempenho em termos de crescimento econômico maior que o apresentado pelo Brasil nos últimos anos; em virtude dos investimentos que estão sendo implantados no Complexo Portuário de SUAPE e a ampliação das unidades de produção das cervejarias AMBEV e Brasil Kirin, além da Refinaria Abreu e Lima e da Fábrica de Automóveis da Fiat, em Goiana, já em atividade.

Finalmente, foram feitas estimações do efeito crescimento regional, diferencial e estrutural para o Estado de Pernambuco considerando a análise ao longo de toda a série – 1990-2010. Os dados ratificam algumas tendências apresentadas anteriormente, como pode ser visto na tabela 6 a seguir.

**Tabela 6:** Efeito Deslocamento do Emprego em Pernambuco em relação ao Brasil: 1990-2010 (em mil)

Setor	Brasil			Pernambuco			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	1990	2010	Var	1990	2010	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	5464	7886	61.41	209,9	217,2	75,0	422	-205	303	-86	-119
II	2979	8382	97.15	98,0	264,7	124,7	197	68	276	-11	79
III	6449	14345	66.02	208,1	465,4	92,5	418	47	463	2	45
IV	4773	8923	51.69	199,8	395,9	80,3	401	-6	373	23	-28
<b>Total</b>	19666	39536	67.10	715,8	1343,2	89,2	1439	-96	1415	-72	-24

Fonte: os autores

A tabela 6, por sua vez, traz as estimações do efeito crescimento, diferencial e estrutural para o Estado de Pernambuco no período 1990-2010. Comparativamente aos resultados do Brasil, observou-se que ao longo deste período o emprego em Pernambuco foi fortemente afetado pelo baixo desempenho relativo da indústria. Os efeitos foram amenizados, em parte, pelo bom desempenho do setor de serviços. No Estado de Pernambuco, a avaliação dos resultados neste período ratificou a perda de dinamismo da indústria no estado, pois seu crescimento esteve sempre abaixo dos índices de crescimento nacionais. Os setores de comércio e serviço crescem com médias maiores que os padrões de crescimento nacional, mas inferior aos padrões de cada setor em nível nacional. Desta forma, pode haver indícios de uma mudança de parâmetro, onde o emprego industrial foi substituído pelo emprego no comércio e no setor de serviços – acabando por centralizar os índices de emprego no Estado.

Ao se analisar a economia pernambucana em relação à economia nordestina como um todo, observou-se a ratificação de algumas constatações observadas a nível nacional. Os dados expressos na tabela 7 abordam o comportamento do emprego urbano pernambucano ao longo do período 1990-2000.

**Tabela 7:** Efeito Deslocamento do Emprego em Pernambuco em relação ao Nordeste: 1990-2000 (em mil)

Setor	Nordeste			Pernambuco			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	1990	2000	Var	1990	2000	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	603,6	585,1	-3,06	209,9	129,1	-38,51	259,3	-130,2	203,5	-74,4	-55,8
II	415,1	628,7	51,45	98,0	126,5	29,07	121,1	5,4	148,4	-21,9	27,4
III	892,6	1177,4	31,91	208,1	249,4	19,82	257,1	-7,7	274,5	-25,2	17,4
IV	1259,8	1526,1	21,13	199,8	276,5	38,41	246,8	29,7	242,0	34,5	-4,8
<b>Total</b>	<b>3171,1</b>	<b>3917,3</b>	<b>23,53</b>	<b>715,8</b>	<b>781,4</b>	<b>9,17</b>	<b>884,2</b>	<b>-102,8</b>	<b>868,4</b>	<b>-87,0</b>	<b>-15,8</b>

**Fonte:** os autores

Os indicadores atestam a expressiva contração do segmento industrial no estado, haja vista que o emprego neste setor se reduziu quando comparado ao desempenho do emprego a nível regional. O setor de serviços também apresentou esta tendência, porém em níveis mais amenos. O comércio apresentou um crescimento acima da média regional, mas fica aquém do desempenho apresentado pelo segmento em outros estados. Por sua vez, a administração pública foi o único segmento que ampliou sua participação sobre o emprego urbano estadual, pois cresceu acima da média regional e da média setorial regional.

Tais resultados podem ser vistos como consequências da expansão da atividade econômica em outros estados da região, notoriamente Ceará e Bahia; que acabam atraindo para si empregos

nestes setores. A dinâmica da década seguinte está expressa nos números presentes na tabela 8 a seguir.

**Tabela 8:** Efeito Deslocamento do Emprego em Pernambuco em relação ao Nordeste: 2000-2010 (em mil)

Setor	Nordeste			Pernambuco			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	2000	2010	Var	2000	2010	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	585.1	1052.4	79.9	79,86	129,1	217,2	68,29	233,6	-16,4	232,2	-14,9
II	628.7	1368.5	117.7	117,6	126,5	264,7	109,25	228,9	35,7	267,9	-3,2
III	1177.4	2181.3	85.3	85,27	249,4	465,4	86,62	451,4	14,0	462,0	3,4
IV	1526.1	2488.1	63.0	63,04	276,5	395,9	43,21	500,4	-104,5	450,8	-54,8
<b>Total</b>	<b>3917.3</b>	<b>7090.3</b>	<b>81.00</b>	<b>81,00</b>	<b>781,4</b>	<b>1343,2</b>	<b>71,90</b>	<b>1414,4</b>	<b>-71,1</b>	<b>1412,8</b>	<b>-69,6</b>

Fonte: os autores

Os dados evidenciaram a ampla recuperação que a economia pernambucana apresentou ao longo da década de 2000, pois todos os setores mostram amplo crescimento do emprego; com crescimento acima da média regional e da média setorial regional; ou seja, houve um crescimento superior em relação ao emprego regional e ao emprego nestes mesmos setores nos outros estados. Tais números são reflexos das políticas adotadas na década passada, que passaram a modificar a dinâmica local em períodos posteriores. Quando analisados os dois decênios em conjunto, aos resultados expressaram um comportamento bastante heterogêneo, como pode ser visto na tabela 9 a seguir.

**Tabela 9:** Efeito Deslocamento do Emprego em Pernambuco em relação ao Nordeste: 1990-2010 (em mil)

Setor	Nordeste			Pernambuco			Emp. Esp.	Shift	Emp. Esp.	ED	EE
	1990	2010	Var	1990	2010	Var					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
I	603.6	1052.4	79.9	209,9	217,2	75,04	469,3	-252,1	366,0	-148,8	-103,3
II	415.1	1368.5	117.7	98,0	264,7	124,71	219,1	45,6	316,5	-51,8	97,4
III	892.6	2181.3	85.3	208,1	465,4	92,46	465,3	0,0	508,6	-43,3	43,3
IV	1259.8	2488.1	63.0	199,8	395,9	80,25	446,6	-50,7	394,5	1,4	-52,1
<b>Total</b>	<b>3171.1</b>	<b>7090.3</b>	<b>81.0</b>	<b>715,8</b>	<b>1343,2</b>	<b>89,16</b>	<b>1600,4</b>	<b>-257,2</b>	<b>1585,6</b>	<b>-242,4</b>	<b>-14,8</b>

Fonte: os autores

Os dados mostram que no intervalo 1990-2010, o Estado de Pernambuco sofreu perdas relativas no segmento industrial, caracterizada pelo efeito estrutural negativo. Isso se deve ao fato do mesmo ter apresentado um crescimento inferior à média da economia nordestina. A mesma tendência foi apresentada pelo segmento da administração pública, que apesar da forte presença na composição absoluta do emprego estadual, apresentou um baixo dinamismo, reduzindo seu grau de

participação como componente ativo da economia local. Constatando as tendências recentes, novamente os setores de comércio e de serviços foram os segmentos mais ativos dentre os macrosegmentos urbanos avaliados. Apesar de ambos apresentarem expressivo crescimento, em termos de magnitude, o setor comercial foi superior ao setor de serviços, haja vista o efeito estrutural do primeiro setor ter sido praticamente o dobro do segundo; refletido no crescimento do setor comércio estadual acima da média nordestina; enquanto o setor de serviços obteve crescimento equivalente à média da Região Nordeste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento das maiores economias da Região Nordeste representado pela Bahia, Pernambuco e Ceará vem sendo usado como parâmetros de análise para as variações ocorridas nas economias nordestinas nas últimas décadas. A promoção de políticas públicas em segmentos estrategicamente definidos – especialmente a indústria – tem modificado as condições estruturais das economias da região; reduzindo a participação dos setores primários e ampliando a presença de setores ligados aos setores secundários e terciários. Haja vista que estas atividades se encontram nos núcleos urbanos, é possível inferir que há um processo de reconfiguração do emprego nestes estados, com um maior grau de atividades ligadas aos segmentos urbanos.

Analisando este processo, observou-se que há uma dinâmica que vem modificando, em função das políticas empregadas, as características do mercado de trabalho na economia regional. Dentro deste contexto, usou-se a metodologia da análise diferencial–estrutural para identificar padrões de comportamento dos setores da indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública no Estado de Pernambuco. O emprego nestes setores representou valores superiores a 80% da mão-de-obra empregada de maneira formal nestes estados, cujo comportamento apresentou tendências distintas por intervalos de tempo analisado.

Implementadas em maior amplitude a partir da segunda metade da década de 1990, as políticas de incentivos estaduais promovidas pelo Estado de Pernambuco vieram suprir uma carência deixada pelas ações federais, e se contrabalancear em relação às medidas tomadas pelos demais estados nordestinos, que iniciavam uma disputa por empresas através da concessão de estímulos e benefícios que caracterizariam a chamada “guerra fiscal”. No âmbito destas ações, as políticas de incentivo buscaram promover a ampliação das atividades produtivas no Estado de Pernambuco, identificando e desenvolvendo polos de atividades ao longo do território, a exemplo o polo têxtil no entorno de Caruaru. A ampliação da renda na região favoreceu a expansão do comércio. Já o setor de serviços expandiu-se, sobretudo, devido ao turismo e atividades de

entretenimento. No caso de Pernambuco, pode-se levantar a hipótese de uma substituição do emprego industrial pelo emprego nos setores de comércio e serviços, haja vista que a perda percentual do emprego no segmento industrial neste estado é compensada por um incremento na participação do comércio e serviço sobre as atividades produtivas do Estado.

Um aspecto relevante é a forte presença do emprego público na composição do emprego estadual total, pois se constatou que os percentuais de participação deste setor no estado analisado são sempre maiores que as médias nacionais e setoriais nacionais. A dinâmica apresentada pelo segmento da administração pública pode ser indício de que a chamada “máquina pública” esteja sendo ampliada neste estado, ratificando cenários de forte presença do estado que podem ser expressos pelo intervencionismo e ampliação do seu funcionalismo. Apesar de não apresentar taxas de crescimento tão expressivas, este setor ainda possui uma massa de empregos bastante expressiva no estado.

Em termos gerais, concluiu-se que as políticas de incentivos patrocinadas pelo governo estadual pernambucano obtiveram êxito em promover o dinamismo econômico, caracterizado aqui pelo crescimento e consolidação dos segmentos urbanos na determinação do volume de emprego local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Eduardo Carlos Pessoa de. PROPEDE – Incentivo fiscal do Estado de Pernambuco: avaliação dos controles para acompanhamento das atividades incentivadas. 2003. 149 f.

**Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Economia)** - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

CAMPOS, Luís Henrique Romani de. O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco. 2004. 165 f. **Tese (Doutorado em Economia)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CARDOZO, Soraia Aparecida. Guerra fiscal e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990. 2010. 176 f. **Tese (Doutorado em Economia)** – Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

FREITAS, Weder David de. O planejamento regional brasileiro no fim século XX: os eixos nacionais de integração e desenvolvimento. **Revista Territorial** - Goiás, v.1, n.1, p.47-72, jul./dez. 2012

FURTADO, C. M.. **O Brasil pós -“Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOMES, G. M.; VERGOLINO J. R. O. A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994. **Texto para discussão**, n 1802, Brasília, IPEA, 1995.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

HADDAD, J. H. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989.

JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M.. **Quem são e para onde vão os Migrantes no Brasil? O Perfil do Migrante Interno Brasileiro**. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 35, 2008, Salvador. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia, Salvador, ANPEC, 2008.

JUSTO, W.R.; FERREIRA, R.A. **Migração interestadual no Brasil: perfil do retornado – evidências para o período de 1998-2008**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18, 2012, Lindóia. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Lindóia, ABER, 2012.

PACHECO, Fabiana; SOUZA, Roberta Lourenço de. A política de atração de investimentos industriais na Bahia: uma breve análise. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 107, p. 13-20, Abr. 2003. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes\\_sei/bahia\\_analise/conj\\_planejamento/pdf/c&p107/03.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p107/03.pdf)>. Acesso em 09/ Julho/ 2008.

VASCONCELOS, José Romeu de; VERGOLINO, José Raimundo. Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos Anos de 1985 a 1996. **Texto para Discussão**, n 628. Brasília, IPEA, 1999.

Recebido em 21 de novembro de 2014  
Aprovado em 16 de setembro de 2016

